

ATA Nº 90/2017 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS

No dia nove do mês de junho de 2017, na Prefeitura Municipal de Contagem, localizada na Praça Tancredo Neves, nº 200 – bairro Camilo Alves, realizou-se reunião com os representantes da ocupação William Rosa e Marião (Maria Conceição) com o objetivo de buscar alternativas para resolver os conflitos existentes envolvendo as ocupações supracitadas.

Marius Fernando Cunha de Carvalho, Secretário de Governo de Contagem, informa que há uma decisão da justiça de reintegração de posse, neste sentido, a reunião é para tentar adiar o cumprimento da sentença. Informa que a prefeitura havia feito uma proposta de inclusão dos ocupantes no projeto Minha Casa Minha Vida - faixa 1, porém o acordo na época não teve condições de ser assinada a proposta de indicar um lote para construção das casas e reassentamento prévio das famílias. Pergunta à ocupação se possuem alguma entidade habilitada a executar o programa. Questiona para onde as famílias irão enquanto as construções estiverem em curso. Lembra que não existe a possibilidade de conceder auxílio moradia, pois não há previsão legal para isso. Explica que o convite da reunião foi enviado à Ceasa, que não manifestou interesse em participar da conversa. O Município está disposto a peticionar com as ofertas da prefeitura, do Estado e da União, para tentar suspender a decisão até a conclusão do acordo. Ressalta que é interesse do município resolver, na justiça, também, o conflito do Marião nessa negociação.

Lacerda Santos, coordenador de Movimento Luta Popular, concorda com a redução da área, desde que as pessoas possam ter outra acomodação.

Marius Fernando Cunha de Carvalho pergunta: se fosse aproveitar melhor o espaço para as 432 famílias, qual o tamanho da área seria necessário?

Lacerda Santos informa que é preciso avaliar.

Vanessa, representante do Movimento Luta Popular, informa que tem uma área grande de erosão na ocupação, por isso não é aproveitada. De acordo com os técnicos que analisaram, a obra não é difícil fazer pela prefeitura.

Lucas de Oliveira disse que pode pactuar com uma equipe para realizar uma visita na área.

William Santos, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OABMG. Informa sobre a pretensão de ajudar a fazer uma força tarefa conjunta (moradores, Mesa de Diálogo, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Prefeitura de Contagem, Defensoria Pública, Ministério Público Federal e

Estadual etc.) e fazer uma conversa com a Ceasa. Pede para que, na ata, seja registrado tudo sobre a proposta para mostrar à entidade.

Lucas de Oliveira fala a Ceasa dá como certo liminar favorável a ela. Defende que sua ideia é que se trabalhe com a demanda real de ocupantes. Ressalta que dialogou com a Ceasa e informou sobre a facilidade de a decisão de reintegração de posse ser derrubada, dada a complexidade do conflito. Ainda assim a entidade não se importou com a informação. Entende que é necessário sair da reunião com medidas emergenciais a serem tomadas no âmbito jurídico.

André Sperling, promotor de justiça, disse que não concorda com a decisão judicial, pois fere os direitos humanos. Neste sentido, deve ser feito um documento para a juíza do caso.

Vanessa Portugal solicita à prefeitura que a proposta seja concretizada e assinada. Reforça que se não tiver despejo, não haverá confusão por parte da ocupação.

Major Madureira defende que o interesse da PM não é fazer a reintegração de posse, pois isso traz prejuízo econômico e conflitos, mas, uma vez expedida a ordem, esta deve ser cumprida. A solução é pedir para que o processo seja suspenso.

Lucas de Oliveira sugere a elaboração de um documento, não somente a ata, pois há o risco de não ser considerada pela juíza. Pede para que Procurador Geral do município, Afonso Andrade, mostre à juíza todo o esforço que os órgãos estão fazendo. Acredita ser necessário construir uma proposta de realocação das pessoas para ser apresentada ao comando da PM e ao judiciário. Considera que nesta reunião ficou claro que o Município não tem condições de atender os protocolos internacionais para efetiva reintegração de posse.

Ailton, Defensor Público de Minas Gerais, sugere instituir uma câmara técnica para semana que vem.

Maria do Rosário, advogada, analisa que é preciso encaminhar um documento para mostrar que a juíza está sozinha na decisão. Entende que a sentença deve ter respaldo das recomendações da ONU, que o Brasil é signatário. Considera que a decisão fere os direitos humanos devido a quantidade de pessoas sem amparo (idosos, cadeirantes, grávidas etc.). Informa que estão terminando um relatório que será divulgado. Lembra que se a decisão da juíza for ilegal, imoral e não respeitar os direitos humanos, ela não pode ser cumprida. Cobra encaminhamentos concretos ao final da reunião. Lembra que todas as ações da prefeitura, do Estado e da PM estarão no relatório. Pede encaminhamento para solucionar os excessos da PM.

Major Madureira informa que o rigor dos policiais está diretamente ligado às orientações da instituição.

Marius Fernando Cunha de Carvalho acredita que é necessário demonstrar que os moldes dessa decisão não estão adequados, pois não há possibilidade de realocar as famílias. Julga difícil a situação da PM. Atribui à Ceasa os fracassos das negociações.

Lucas de Oliveira se compromete a fazer o levantamento das áreas do Estado na região de Contagem.

Marius Fernando Cunha de Carvalho questiona as famílias se elas aceitam para outro local e a possibilidade de separação, caso haja o acordo de reassentamento.

Vanessa Portugal considera importante sair da reunião com a garantia de que não haverá despejo.

Lúcio Domingues acredita que o consenso existente na reunião pode favorecer o acordo.

Moradora destaca que fizeram uma reunião na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, mas o acordo feito não foi cumprido.

Lucas de Oliveira descreve alguns trabalhos realizados da Mesa de Diálogo.

Ao final da reunião foram pactuados os seguintes encaminhamentos:

- A prefeitura de Contagem enviará ofício, na segunda-feira, até o meio dia, para a Polícia Militar alegando que não tem recursos logísticos, financeiros e materiais para dar alojamento às famílias despejadas.
- Na terça feira (13), o Ministério Público, o Estado, a Defensoria Pública, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a OAB, a prefeitura, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais peticionará em conjunto a proposta do Município e do Estado para resolver a situação das famílias. Prefeitura - doação de imóvel para construção de 432 unidades habitacionais para William Rosa e Marião. Estado: oferecer estrutura para reassentamento prévio das famílias e orientar na captação de recursos do Minha Casa Minha Vida – Entidades, desde que haja entidade habilitada para execução.
- Na petição constará a proposta de reintegração parcial voluntária com redução da área ocupada por parte da ocupação.
- Depois do termo de acordo assinado e protocolado por todos, fica estabelecido que ocupação Marião fará parte da William Rosa.